



## **GILBERTO FREYRE E A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO**

**NOMES DOS ALUNOS: André Murilo Martins, Henrique Greca P. Xavier, Lucas Apolloni Santana, Jessica dos Santos Pereira**

**Orientador. Prof. Me. Matheus Machado Vieira**

**RESUMO:** O presente artigo busca localizar historiograficamente o trabalho do sociólogo Gilberto Freyre, analisando sua abordagem sobre o Brasil colonial, com a finalidade de compreender a interpretação do autor sobre a miscigenação e sobre a posição do negro na formação social do Brasil como nação. Para tanto, será utilizado como fonte primária na análise de seus estudos sua *magnum opus* Casa-Grande e Senzala, produzido no ano de 1933, em especial os capítulos quatro e quinto, para entender a maneira como é representado o negro na análise de Freyre sobre as dinâmicas sociais coloniais, assim como problematizar este traço de sua concepção histórica compreendendo suas marcas na formação do imaginário colonial brasileiro.

### **Introdução**

Este trabalho consiste em um processo analítico sobre o *fazer historiográfico* do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987) a fim de compreender as tendências de sua escrita, seu embasamento teórico e o direcionamento geral de suas obras, assim como localizá-la no campo historiográfico nacional, refletindo sobre o contexto de produção de seu trabalho e suas influências no ensino de história no Brasil e no estudo acadêmico da temática.

As obras e os conceitos criados por Gilberto Freyre em sua análise acerca da formação do povo brasileiro configuram a base dos estudos historiográficos posteriores, conferindo ao autor a alcunha de “Interprete do Brasil”, juntamente com outros historiadores contemporâneos a ele que buscavam, já por meio de um *fazer historiográfico* acadêmico traçar um panorama geral de como se deu a formação do

povo brasileiro, abraçando a problemática das identidades, que era latente desde o início da república.

A pesar de não rejeitar o modelo historiográfico marxista, Freyre enfatiza o cultural em sua análise e construção histórica. Suas obras destacadas são “Sobrados e Mocambos”, “Casa Grande e Senzala” e “Ordem e Progresso”. Nestas obras em geral predomina o equilíbrio dos antagonismos sociais na formação da sociedade brasileira; uma continuidade que se submete a mudanças ao longo do tempo. São destacadas como obras que compuseram o material intelectual da historiografia brasileira dos anos 1930 junto com Casa Grande e Senzala de Freyre os títulos: “Raízes do Brasil”, Sérgio Buarque de Holanda e A Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Jr. Historiadores que foram utilizados como base para o ensino de história do Brasil em especial a partir da década de 1940 e considerados clássicos até hoje pelo historicismo acadêmico nacional.

### **O Fazer Historiográfico de Freyre**

Desta maneira, o escrever histórico de Freyre é caracterizado por três pontos: O uso de ensaios; A análise da vida privada; e a miscigenação da raça.

I) Apontado como sendo o primeiro ponto característico da escrita de Freyre, o uso de ensaios como recurso literário aponta sua abordagem interdisciplinar na proximidade com a literatura e carrega consigo um ar de despreensão. A pesar das críticas sobre o seu rigor metodológico: “Não abre mão da elaboração de um sentido universal capaz de conectar na escrita da história o emaranhado de particularidades que constitui as experiências humanas”, Assim, Freyre “Mantinha com os documentos [...] uma relação de insubmissão, adequando-os a sua linguagem.”<sup>1</sup>

São tecidas críticas ao método de Gilberto Freyre por conta de sua forte influência literária, onde são apontadas conclusões parciais, provisórias e ideias inacabadas. A escrita era provisória com fim em si mesmo, uma escrita aberta que não conhece um fim definitivo, acarretando todos os seus pormenores com seus apontamentos tanto positivos quanto negativos.

---

<sup>1</sup> PINHA, Daniel. Gilberto Freyre (1900-1987). In: PARADA, Maurício. RODRIGUES, Henrique E. (org.). Os Historiadores: Clássicos da história do Brasil, vol.4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ; Vozes. Editora PUC, 2018.

II) O foco da vida privada como análise é colocado por muitos teóricos como semelhante à abordagem de objetos originárias da Escola dos Annales; Burke destaca suas semelhanças com a Nouvelle Historie. Freyre escrevia uma história Social, da vida cotidiana, da intimidade, dos afetos e sensibilidades. Sua obra Casa Grande e Senzala explora a esfera íntima da família brasileira.

Os temas presentes nesta análise são a alimentação, a vestimenta, a habitação, a cultura material em geral, as mentalidades, a infância, as mulheres, a família e a sexualidade. Com esta análise dos costumes, Freyre aponta que aquele sujeito que era desumanizado pelo sistema e posteriormente pela história era capaz de ser agente cultural fundamental na composição da família e da cultura brasileira. Estas ambiguidades do processo de troca cultural não se inibiam à hierarquia senhor-escravo, e que, contudo, estas relações de intimidade não inibiram a violência.

III) Pensando no tema da miscigenação e abordando esta ambiguidade na formação social e cultural do brasileiro explorada em suas obras, Freyre insere-se no debate intelectual de sua época, abordando a relação das raças neste processo. Destacando sua visão antropológica, a raça é vista como um dos fios condutores da história na formação do povo brasileiro. Isto apoia a ideia das três raças constituintes do povo brasileiro, os brancos, os negros e os indígenas, mas é criticada a concepção da presença do negro e do africano como a causa dos males e atrasos do país, colocando que a miscigenação deu-se num caráter positivo de soma dos costumes, sem negar a violência do processo.

Assim Freyre participa da criação de uma imagem nacionalista plural, com a soma das diversidades raciais, aliadas a condições do ambiente. É posta a ideia de que todo brasileiro é mestiço, se não no sangue, nas ideias, pensando que a miscigenação transpõe a barreira do racial e a cultura de todos os que compartilham o meio interagem entre si e criam através das gerações uma nova faceta que, de forma ambígua, torna homogenia a diversidade do povo.

Freyre critica então, neste debate intelectual, o ponto de vista racial do cientificismo em especial oitocentista, que apoiava questões culturais e sociais em aspectos biológicos e raciais e de hierarquização natural. O autor coloca que a pesar das resistências e da violência, a miscigenação teria sido “saudável”, sem o domínio branco ou o binômio de superior e inferior. A relação vista por ele na formação da sociedade brasileira é assimétrica, mas tem dimensão positiva capaz de, por exemplo, corrigir as distâncias sociais entre a casa grande e a senzala.

Assim, em sua escrita da história, Freyre formula e difunde o mito da “Democracia Racial” na formação da nação, apontando que “A sociedade brasileira é capaz de admitir um convívio equilibrado de tensões”. Freyre abusa de seu recurso literário e como sua teoria aborda os meios das relações sociais e relações entre as raças, analisando as relações íntimas e o imaginário e relacionando-as com o meio prático, para construir assim sua visão historiográfica.

### **A Imagem do negro em Casa-Grande e Senzala**

Considerando sua metodologia, analisaremos algumas questões diretamente na historiografia de Freyre, selecionamos os capítulos quatro - “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro” - e cinco - “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro (continuação)” - do livro “Casa Grande e Senzala”, na tentativa de perceber como a figura do negro é representada em sua narrativa.

O capítulo quatro “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro” se introduz fazendo uma comparativa com o indígena e o negro e a importância que cada um teve no desenvolvimento do Brasil, Freyre alimenta a ideia de que a presença dos negros ajudou no desenvolver do Brasil enquanto colônia. Quando compara o negro ao indígena, a representação que o autor constrói é de que os negros eram eloquentes, extrovertidos e domáveis, coisas que o indígena do Brasil, dificilmente era, criando assim uma divisória a respeito do que cada raça era capaz, porém colocando o mesmo como mais “propício” ao trabalho. Aqui como já apontado como algo presente em sua análise, vemos presente a ideia de raça, e as características que ele atribui e reforça a cada uma delas.

Ainda nesse sentido Freyre traz uma comparativa com os negros e os egípcios, e como a raça africana é capaz de trabalhar com o ferro e metal, tornando-os mais preparados para o trabalho e como de certo modo tornam-se superiores em diversos aspectos, em relação aos indígenas e até mesmo em comparativa com os portugueses que estavam lhe escravizando. Durante o capítulo, o autor comenta que todo brasileiro, de algum modo ou de outro, tem sangue desse povo, Freyre continua a defender que os negros escravos, ajudaram a construir o Brasil, e que sem eles não haveria o Brasil que conhecemos, pois além da mão de obra, a cultura, religião, hábitos e o ponto focal do capítulo, sua sexualidade e beleza.

Gilberto Freyre coloca três motivos do porque os donos e senhores de senzalas tinham tanto interesse na pele escura de seus escravos e mais especificamente, das mulheres escravas, o primeiro ponto seria o clima, que era responsável pela libertinagem desse povo e das condições das senzalas, o segundo viria a ser a voluptuosidade e curvas que as mulheres africanas apresentam, e que são a principal causa da luxúria e avanços que os senhores tinham com elas; e a terceira era o governo escravocrata, que mantinham sua propriedade escrava sobre a total obediência dos senhores, isso incluía os prazeres e vontades dos mesmos tendo que ser saciados de algum modo pelos escravos, os próprios não sucumbiam aos prazeres por que queriam, mas porque estavam na condição de escravos.

A figura da negra da senzala de Freyre teria despertado o “mal” do sexo dentro da relação escravo-senhor, e que abria as portas para uma sequência de elementos como a sífilis e outras doenças, mas que devido ao período, eram banalizadas e vistas como “doenças domésticas” que eram recorrentes somente a aqueles senhores que tinham escravos.

A relação senhor - escravo obviamente não era só a respeito de sexo, pois para isso, havia-se a necessidade de algo no Brasil, e nesse caso era a necessidade de que se precisava de gente que trabalhasse muito, e precisasse de pouco, e que também soubesse como fundir o metal e outros materiais, além de que, a presença de mais “mulheres” era bem-vinda de acordo com o autor, pois estas estavam em “falta”, ou seja essa relação e conceitos de proximidade com senhor e escravo vem de um período de necessidade.

A intenção de Gilberto Freyre é bem clara com esse capítulo que é de mostrar a função do negro na construção do Brasil, mas também na construção social, cultural e até mesmo na construção da genealogia do brasileiro.

Dentro da casa-grande, desenvolveu-se uma relação de poder, subordinação, sedução e sexo, que por si só, resultou desde prazeres, até os castigos e as doenças, que por conta da naturalidade dessas relações, passavam a ser normais e um símbolo do poder e controle exercido pelo senhor da casa-grande. Ainda mais que segundo a análise de Freyre o sistema escravocrata tinha a capacidade de tirar a libido e a moral do branco, onde o negro passava a ser em um momento, mão de obra, para no outro momento ser um objeto de satisfação e de prazer do senhor. Freyre aponta, que não é por causa dos negros que esses elementos ocorrem, que não é a culpa deles propriamente dita, uma vez que os elementos que despertam o interesse nos brancos,

são parte da cultura e fisiologia do negro, que já vinha de antes de entrarem em contato com os brancos.

Tais elementos do passado do período da casa-grande, continuam a perdurar e retém sequelas, uma vez que o negro ainda é visto de forma diferente na atualidade, não do mesmo jeito que era no passado, porém, de forma singular e diferenciada da do branco atual.

O capítulo cinco “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro (continuação)” inicia-se com a narrativa sobre os modos e costumes dos meninos das casas-grandes. O autor explica que desde muito cedo os meninos filhos dos senhores de engenho e participantes da elite eram obrigados a se comportarem como adultos desde os nove ou dez anos, usando trajes na cor preta e andando de forma grave com gestos sisudos e ar tristonho.

Gilberto Freyre cita a reflexão de muitos pesquisadores que estiveram em nosso país durante os anos da colonização, como Luccock que esteve em visita ao Brasil no início do século XIX, observando os costumes de nossa sociedade, notando assim a falta de alegria nos meninos e a pouca vivacidade dos rapazes. Ele também observou que até os cinco anos de idade muitos dos meninos andavam nus como os moleques da senzala, sendo quase indistinguível a diferença entre ambos.

Durante sua visita, o pesquisador notou que os meninos estudavam em salas de aula pequenas e sem ar, onde todos liam alto e ao mesmo tempo. Em visita ao Seminário de São José no Rio de Janeiro, Luccock observou os alunos na hora do recreio onde notou que todos usavam uma batina encarnada, alguns com os cabelos cortados como clérigos e sem demonstrar nenhuma elasticidade de inteligência, bem como curiosidade de espírito. Além disso, declarou que muitos não demonstraram boas maneiras e ainda por cima, os considerou pouco asseados. Considerou o ensino extremamente eclesiástico e notou que a maioria dos professores era pouco versado em ciências.

Os colégios jesuítas, seminários e colégios de padres nos primeiros dois séculos de colonização, foram os principais focos de irradiação de cultura no Brasil. Apenas negros e moleques parecem ter sido barrados nas primeiras escolas jesuíticas. Até o século XVIII a lei portuguesa não permitia o casamento entre brancos e caboclos. As mesmas também proibiam indivíduos com sangue de mouro ou negro de serem admitidos ao sacerdócio.

Apenas a partir do século XIX começaram a surgir padres com sangue negro. Os pretos e pardos no Brasil não foram apenas companheiros dos meninos brancos nas aulas das casas-grandes ou mesmo nos colégios, houve também meninos de engenho que aprenderam a ler e escrever com professores negros. Os professores negros podiam ser vistos andando pelas ruas com trajés considerados de pessoas da classe alta e letrada de seu tempo.

Considera-se que depois da Independência começaram a aparecer colégios particulares e a frequentá-los filhos de magistrados e altos funcionários públicos, de negociantes e até de senhores de engenho. Provocando assim uma ocupação aos meninos de engenho, acostumados a uma vida toda de vadiação – banho de rio, arapuca de apanhar passarinho, briga de galo, chamego com as primas e negrinhas – deixavam essas delícias para virem, de barcaça ou cavalo, estudar nos internatos; ou mesmo nos externatos – neste caso hospedando-se em casa dos comissários de açúcar ou café. Os comissários foram muitas vezes uns segundos pais dos meninos de engenho.

Com o surgimento das estradas de ferro em 1850, o ingresso dos meninos de engenho nas escolas das capitais tornou-se mais fácil. Nestas escolas eles tinham lições de aritmética, geografia, latim, francês, caligrafia e música. Os alunos compareciam às aulas de paletó preto e calças pardas, sapatos de tapete ou couro e gravata azul. Nos dias de festa e nos domingos deviam apresentar-se de sobrecasaca preta, calça preta, chapéu preto, colete branco, gravata de seda preta, sapatos ou borseguins pretos. Eram obrigados a banhar os pés nas quartas e sábados e a tomar banho geral uma vez por semana.

Com o aparecimento de maior número de colégios, um assunto que começou a preocupar os higienistas da época foi o da higiene escolar, particularmente a higiene dos internatos. Muito menino do interior morreu de febre ou de infecção nos colégios das capitais. Chamou-se atenção dos pais e mestres para os perigos do onanismo (masturbação) e também para a pederastia. Houve um grande avanço da gonorréia e da sífilis – indício de grandes excessos sexuais entre os meninos de colégio. Abusou-se criminosamente da fraqueza infantil, houve verdadeira volúpia em humilhar a criança. Reflexo da tendência geral para o sadismo criado no Brasil pela escravidão e pelo abuso do negro. Sobre isto, considera-se o mestre como um senhor todo-poderoso. Do alto de sua cadeira, que depois da Independência tornou-se uma cadeira quase de rei, com a coroa imperial esculpida em relevo no espaldar, distribuía castigos com o ar terrível de um senhor de engenho castigando negros fujões.

A outros tormentos esteve obrigada a criança branca – e até a preta ou mulata, quando criada pelas iaiás das casas-grandes. Para tomarem ar de europeus, os barões e viscondes do Império deixavam que seu filho judiasse de moleques e negrinhas, mas na sociedade dos mais velhos o judiado era ele. Nos dias de festa devia apresentar-se de roupa de homem, e duro, correto, sem machucar o terno preto em brinquedo de criança. Ao pai devia chamar “senhor pai” e à mãe “senhora mãe”: a liberdade de chamar “papai” e “mamãe” era só na primeira infância. No século XIX, este costume modificou-se bem como o das mulheres só chamarem o marido de “senhor”. Até então, esposas e filhos se encontravam quase no mesmo nível dos escravos. Somente depois de casado o filho arriscava-se a fumar na presença do pai; e fazer a primeira barba era cerimônia da qual o rapaz necessitava sempre de licença especial. Licença sempre difícil, e só obtida quando o buço e a penugem da barba não admitiam mais demora.

As meninas deveriam ser sempre tímidas, com ar humilde. Ai daquela que erguesse a voz. Os namoros eram sempre escondidos, quase sem conversa e agarrado de mão. As moças andavam sempre bem vestidas, com véu, para esconder o corpo. As mulheres, de quinze anos, eram casadas com velhos de quarenta, cinquenta e até sessenta nos. Às vezes, por vingança, as escravas fuxiquentas inventavam histórias de namoros das sinhás-donas. O que causou diversos assassinatos por suspeitas de infidelidade conjugal. Um caso impressionante foi o do coronel Fernão Bezerra Barbalho, que assassinou as mulheres e as filhas.

As mulheres eram por vezes apunhaladas pelos maridos, outras se tornavam cortesãs à disposição de brancos e negros. As presenças de negras e mulatas eram uma excitação ao pecado, algo difícil de resistir no Brasil. O que houve no Brasil – cumpre mais uma vez acentuar com relação às negras e mulatas, ainda com maior ênfase do que com relação às índias e mamelucas pode-se considerar como uma espécie de degradação das raças atrasadas pelo domínio da adiantada. Os jesuítas conseguiram vencer nos primeiros colonos a repugnância pelo casamento com índias. Introduzidas as mulheres africanas no Brasil dentro de condições irregulares de vida sexual, a seu favor não se levantou nunca, como a favor das mulheres índias.

Ao sentirem aproximar-se a morte, pensavam os senhores nos seus bens e escravos em relação com os filhos legítimos seus descendentes. Raro o senhor de engenho que morreu sem deixar alforriados, no testamento, negros e mulatas de sua fábrica. Por vezes o “alforriado” era um bastardo, fruto dos amores do senhor ou de uma pessoa da família com uma negra da casa. Os enterros faziam-se à noite, com grandes



gastos de cera; com muita cantoria dos padres em latim; muito choro das senhoras e dos negros. Ao contrário do luxo utilizado nos enterros dos senhores e seus familiares, os negros, é claro, não se enterravam envolvidos em sedas e flores, nem dentro das igrejas.

Existiam muitas histórias, nos séculos XVII e XVIII, sobre mulheres devassas e casos de assassinatos por parte de pais e maridos por ciúmes mórbidos, em nome da honra, de boatos nem sempre reais. Porém, nos casos reais, as mulheres eram de classes mais baixas, geralmente escravas, negras e mulatas, por culpa da degradação que estas sofriam com o domínio de uma considerada cultura mais adiantada.

À moleza do homem brasileiro, Freyre não atribui ao açúcar responsabilidade direta, mas indireta, pois com ele veio a escravidão e homens negros trabalhando por homens brancos. Ou seja, status ao que não trabalha: o senhor-de-engenho. Ficavam o dia na rede, com uns molengas. Essa rotina só era quebrada pela agenda religiosa de várias rezas durante o dia.

### *Considerações finais*

A partir da análise desses dois capítulos podemos perceber algumas questões centrais e problemáticas na historiografia construída por Freyre, um ponto relevante é a forma como ele suaviza tanto as violências exercidas por todo o sistema escravocrata quanto as consequências dessas violências por meio de comentários que mostram que esses atos resultaram em coisas necessárias e até benéficas na construção desse Brasil plural que ele parece valorizar. Na atualidade que ele vivia, de uma miscigenação que ele colocava como importante na construção do Brasil, parecia ser um bom fim que justificava os meios não tão agradáveis.

O homem branco, o índio, o negro, essa separação racial dentro de sua análise faz total sentido dentro do contexto vivenciado por Freyre, discussões sobre o tema fervilhavam no discurso médico-cientificista brasileiro e também chegavam a outras áreas do conhecimento. Gilberto Freyre já parte de um ponto onde esse discurso racial já não é completamente negativo, apesar da evidente superioridade do branco português que ele alenta em sua narrativa, o negro e em menor medida o índio, também tem a sua utilidade, em cima disso ele vai criando teorias e justificativas em torno das atitudes e características de cada raça, e como mostrado por Lilian Schwartz no livro “O Espetáculo das Raças” essa nova forma de encarar a questão racial denota toda uma

mudança não só no discurso cientificista brasileiro, mas em um discurso político e social:

“[...] já nos anos 1930, a noção elaborada pelo antropólogo Gilberto Freyre (1930) de que esse era um país miscigenado, passava a vigorar como uma espécie de ideologia não oficial do Estado, mantida acima das clivagens de raça e classe e dos conflitos sociais que se precipitam na época. [...] Raça permanece, porém, como um tema central no pensamento social brasileiro, não mais como fator de “desalento”, mas talvez como “fortuna”, marca de uma especificidade reavaliada positivamente.”<sup>2</sup>

O negro nesses capítulos aparece muito como um instrumento para a satisfação das necessidades do senhor de engenho, seja no trabalho, na vida doméstica ou até na sexualidade, ele está ali para servir a esse homem branco nesses aspectos. Ao mesmo tempo na interpretação de Freyre ele é representado como um receptáculo de luxúria e força física, características essas que segundo o autor, na medida em que são diluídas na miscigenação e mesclados e atenuados ao entrar em contato com as características das outras raças se tornam ainda mais úteis.

Por fim Freyre nos traz uma análise problemática sobre a figura do negro, levando em conta a relevância que o seu livro teve e ainda tem, o discurso ali construído, que não problematiza a gravidade das violências, e que constrói e reforça estereótipos sobre as pessoas negras precisa ser absorvido com bastante cuidado, ao mesmo tempo, apesar de trabalhar a temática de uma forma que não fora antes trabalhada no Brasil, notamos que Freyre era afinal um homem de seu tempo, que reproduzia em várias camadas os discursos presentes a época.

### ***REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS***

PINHA, Daniel. Gilberto Freyre (1900-1987). In: PARADA, Maurício. RODRIGUES, Henrique E. (org.). Os Historiadores: Clássicos da história do Brasil, vol.4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ; Vozes. Editora PUC, 2018.

---

<sup>2</sup> SCHWARCZ. Lilia. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870 - 1930. São Paulo, Companhia das Letras. 1993

SCHWARCZ, Lilia. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870 - 1930. São Paulo, Companhia das Letras. 1993.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.